



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
CURSO DE GRADUAÇÃO: HISTÓRIA**

**RANIERY AUGUSTO CAVALCANTE DE OLIVEIRA**

**QUADROS DE MINHA INFÂNCIA:  
AS MEMÓRIAS DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA,  
UM LEGÍTIMO “MENINO DE ENGENHO”**

**GUARABIRA-PB**

**2014**

**RANIERY AUGUSTO CAVALCANTE DE OLIVEIRA**

**QUADROS DE MINHA INFÂNCIA:  
AS MEMÓRIAS DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA,  
UM LEGÍTIMO “MENINO DE ENGENHO”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação de História da Universidade  
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Dr. Martinho Guedes S. Neto

GUARABIRA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48q Oliveira, Raniery Augusto Cavalcante de  
Quadros de minha infância: [manuscrito] : as memórias do  
Padre Luís Gonzaga de Oliveira, um legítimo / Raniery Augusto  
Cavalcante de Oliveira. - 2014.

**20 p.** : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.  
"Orientação: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto,  
Departamento de História".

1. Memórias. 2. Engenho. 3. Cana-de-açúcar. 4. Infância. 5.  
Serra da Raiz. I. Título.

21. ed. CDD B869.8

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

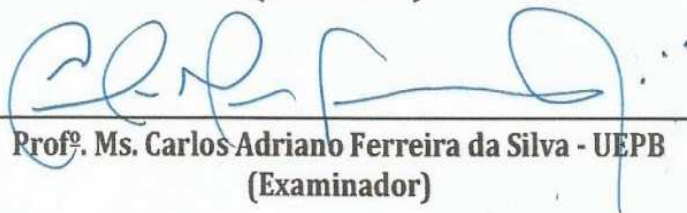
QUADROS DE MINHA INFÂNCIA: AS MEMÓRIAS DO PADRE LUÍS  
GONZAGA DE OLIVEIRA, UM LEGÍTIMO “MENINO DE ENGENHO”

Raniery Augusto Cavalcante de Oliveira

**Banca Examinadora**



Prof.º Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto - UEPB  
(Orientador)



Prof.º Ms. Carlos Adriano Ferreira da Silva - UEPB  
(Examinador)



Prof.º Me. Shslayder Lira dos Santos - FAEST-RS  
(Examinador)

## QUADROS DE MINHA INFÂNCIA: AS MEMÓRIAS DO PE. LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA, UM LEGÍTIMO “MENINO DE ENGENHO”

Raniery Augusto Cavalcante de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende reconstruir a sociedade canavieira de Serra da Raiz, no início do século passado. Remontando aspectos como o da economia, da religiosidade e da cultura. Para isto, utilizará o livro do padre Luís Gonzaga de Oliveira, “Quadros de minha infância”, onde está depositada sua visão sobre a época.

**Palavras-chave:** Memórias; engenho; cana-de-açúcar; infância; Serra da Raiz.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo possui dois objetivos: primeiro, discutir a obra “Quadros de minha infância” de autoria do Pe. Luís Gonzaga de Oliveira, analisando as relações de memória que o autor estabelece com o passado e, por consequência disto, reconstruir alguns caracteres da realidade cotidiana do povo de Serra da Raiz-PB, nos primeiros anos do século XX.

O segundo objetivo, que procura satisfazer uma inquietude pessoal do autor deste artigo, é o de divulgar o escritor raizense Luís G. de Oliveira e sua obra. Apresentá-lo às novas gerações de leitores. E nisto consiste a mais nobre tarefa a que se presta este trabalho.

Pioneiro, já que se trata de um texto de circulação acadêmica, este artigo representa o primeiro passo – certamente não é e nem será o único – rumo à exploração deste vastíssimo campo que é a vida e a obra do padre Luís. Nele, o leitor encontrará referências de livros que permitirão maior aprofundamento no assunto, além de propiciarem o surgimento de outras pesquisas que corroborarão para preencher as lacunas que ora deixamos.

Na pesquisa, focamos um único livro, “Quadros de minha infância”, onde o escritor depositou as lembranças de sua infância. De tudo aquilo que viveu no Lameiro, engenho de sua família. Filho do senhor de engenho, do alto da casa-grande ele observou toda a vida campestre, em seus inúmeros aspectos. E é esta realidade capturada no livro que reproduziremos aqui.

---

<sup>1</sup>Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Paraíba. Graduado em Filosofia pela Universidade Entre Rios, Piauí. Mestrando em Educação pela SAPIENS, Paraíba. E-mail: raniery\_cavalcante@hotmail.com.

## Biografia

O Pe. Luis Gonzaga de Oliveira nasceu no dia 19 de maio de 1915, no Engenho Lameiro(Serra da Raiz - PB<sup>2</sup>). Era o mais novo dos nove filhos do casal Belarmino Augusto de oliveira e Maria Emília (Mendonça Castro) de Oliveira, proprietários de dois grandes engenhos de cana-de-açúcar da região. De família muito católica, ingressou na comunidade cristã através do sacramento do batismo no dia 27 de maio de 1915 pelo então pároco Pe. Aprígio Carneiro da Cunha Espínola e foram seus padrinhos, Benjamin Menezes e Antônia Menezes.

Num contexto em que o estudo era privilégio de poucos, frequentou além do ensino público, escolas particulares dadas à prosperidade financeira de seus pais. Mais tarde, no começo da adolescência, se torna seminarista tendo entrado para o Seminário da Paraíba no dia 30 de janeiro de 1928, recebendo as ordens clericais do Arcebispo da Paraíba D. Moisés Coelho dez anos após, no dia 20 de novembro 1938. No ano seguinte foi nomeado pelo mesmo arcebispo, vigário cooperador da Catedral Nossa Senhora das Neves e professor de latim e português do Seminário Arquidiocesano da Paraíba, iniciando assim a carreira religiosa e docente. Nesta época, destaca-se a sua atuação como capelão do Abrigo de Menores Jesus de Nazaré e da Maternidade Cândida Vargas, que segundo ele próprio era um "campo vasto para o apostolado sacerdotal".

Como professor, lecionou nos colégios de orientação católica, o Colégio das Neves, as Lourdinhas e o Pio X, na capital paraibana. Também foi professor catedrático (Latim) da UFPB. Atuou ainda como jornalista no jornal doutrinário e noticioso “A Imprensa”, do qual foi colaborador e mesmo diretor, como atesta Fátima Araújo na coleção História da Paraíba em Fascículos: “Em dezembro de 1965, quando Dom José Maria Pires é designado para a Arquidiocese da Paraíba, o padre Luís Gonzaga de Oliveira substitui o diretor-geral de A Imprensa”. (ARAÚJO, s/d, p.11). Incumbiu-se da direção quando o jornal já estava dando seus últimos suspiros de existência. Mesmo assim, com determinação e vontade, fez com que voltasse a ser editado semanalmente, na esperança de salvá-lo. Porém, em abril de 1968, o jornal fecha suas portas, por “falta de recursos e pressões de dentro e fora da Igreja”. (idem, p. 11).

---

<sup>2</sup>Serra da Raiz é um município brasileiro do estado da Paraíba. Está localizada na mesorregião do agreste paraibano. Dista 138 quilômetros de João Pessoa, capital do estado. Histórica, Serra da Raiz foi povoado, vila, e teve vários nomes, até a sua emancipação política em 21 de janeiro de 1959. Por estar ligada a importantes eventos de nossa história, entre os quais a “tragédia de Tracunhaém”, é considerada por alguns historiadores, uma das mais antigas povoações da Paraíba.

Como escritor, publicou, entre 1958 e 1962, três livros de memórias: *Quadros de minha infância*(1960), *A tragédia do major*(1962) e *Memórias do internato*(1958-1960); este último em forma de folhetim, com capítulos que saíam semanalmente através d'A Imprensa. Constam ainda, em algumas listas bibliográficas do autor, nomes de obras inéditas (algumas, lamentavelmente, perdidas, das quais não se sabe quase nada): *Figuras e paisagens*, *Diário secreto*, entre outras. Mas foi sua carreira de jornalista, iniciada bem antes da publicação de seus livros, que o tornou famoso. Seus artigos nas áreas de História, Política e Literatura, foram o que lhe rendeu uma cadeira na Academia Paraibana de Letras, em 1951.

Na Paróquia Nosso Senhor do Bom Fim(Serra da Raiz), atuou voluntariamente como colaborador do Pe. Epitácio Dias, tanto nas celebrações da matriz como nas capelas, numa época em que a Paróquia era bem mais extensa e as distâncias pareciam bem maiores pelas dificuldades de acesso. Em Serra da Raiz, foi líder político, tendo sido o responsável maior pela emancipação política de sua terra natal. Promoveu ainda obras assistenciais diversas, destacando a fundação da Casa de Saúde e Maternidade “Manoel Madruga”, que manteve com seus próprios recursos e ajuda de amigos voluntários; ele financiou ainda a criação da Cooperativa Agrícola, que trouxe mais dignidade ao labor rural de seus conterrâneos.

O Pe. Luis Gonzaga de Oliveira faleceu em um domingo, dia 23 de maio de 1971, pouco antes das 24:00 horas, em decorrência de um mal súbito sofrido na manhã do mesmo dia enquanto se dirigia à Maternidade Cândida Vargas, onde celebraria a Santa Missa.<sup>3</sup>

### **“Todo ponto de vista é a vista de um ponto” (Leonardo Boff)**

“Por essência, a história é conhecimento mediante documentos”. Assim, Paul Veyne (1982, p.12) procura definir a História, em seu afamado livro teórico. Esta frase do historiador francês enseja reflexões sobre a importância do que chamamos documento, no labor de reconstrução do passado, pelos historiadores. É no documento – “acontecimento que deixou, até nós, uma marca material” (VEYNE, 1982, p.37) –, que se encontram as tão buscadas informações capazes de responder às nossas perguntas sobre o passado. No entanto, como nos lembra Veyne, o documento não é auto explicativo, não fala por si só sobre o que passou, necessitando, pois, dos serviços de um arguto e experimentado historiador que, a medida que o questione, vá arrancando dele todos os dados preciosos de que é guardião. Ainda nos cabe

---

<sup>3</sup> Os dados biográficos usados neste artigo estão de acordo com toda a documentação de posse da família.

lembrar que o passado aprisionado no documento e recuperado pelo historiador, será sempre, inexoravelmente, uma versão parcial e incompleta sobre o que se foi.

Durante muito tempo, a historiografia tradicional se debruçou somente sobre o aspecto político das sociedades pretéritas, fazendo o que pejorativamente chamamos de história-tratados-e-batalhas. Esta história vista de cima somente enfatizava os “grandes nomes”, renegando a um plano inferior toda uma massa de anônimos, e estava alicerçada em documentos escritos e oficiais. Contudo, a maneira de se pensar e fazer história foi mudando com o surgimento de novas gerações de historiadores.

O movimento historiográfico dos Annales, nascido na França no decênio de 20 do passado século, apresentou-nos um novo modelo de história. Inovando em vários aspectos a historiografia, no tangente a método, a objeto de estudo e a perspectiva, trouxe-nos também uma nova concepção de documento histórico, uma noção mais ampla, que nos fez enxergar como documento todo e qualquer vestígio do passado. Sob a influência desta corrente historiográfica, arrola-se hoje grande quantidade de trabalhos que, com novas abordagens e enfoques, contrariam o suposto esvaziamento de temáticas já muito discutidas, trazendo-as de volta ao debate, no aprimoramento da ciência de Heródoto.

De posse de novos documentos, é possível escrever sobre uma realidade já muito explorada, sendo ainda assim original. Revelar novos detalhes que passaram despercebidos pelas pesquisas anteriores. É este o caso do presente trabalho, que pretende discutir a realidade da sociedade rural formada em torno dos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste, sobre a qual há incontáveis trabalhos, mas que aqui é pensada a partir de uma nova fonte: o livro de memórias do Pe. Luiz Gonzaga de Oliveira.

Como é sabido, o sujeito historiador está sempre em busca de memórias (escritas ou orais), que são, em verdade, a matéria-prima que possibilita a construção do discurso historiográfico. Nas memórias, encontram-se fragmentos do passado vivido, ou melhor, o que restou deles depois de processos de resignificação, de esquecimento, tão naturais à nossa faculdade mnemônica. Igualmente ao que acontece a toda sorte de documentos históricos possíveis, as memórias precisam ser analisadas, sob o crivo da crítica e desconfiança.

O passado que ressaí das mãos de Luiz G. de Oliveira, antes de se materializar nas linhas deitadas nas páginas de seu livro, passou por transformações, ao longo de todo o tempo em que esteve conservado na memória do autor. Foi trabalhado, foi resignificado. E isto se determinou, primeiro, pelo “lugar social” do autor, para fazer uso do que Michel de Certeau considera indispensável a qualquer pesquisa, e, segundo, pelas relações que o autor



estabeleceu, no momento em que escrevia estas memórias, com aquilo que viveu e com quem viveu, as pessoas ou a memória delas; lançando luz sobre a memória coletiva, a partir de sua memória individual, como nos alerta Halbwachs: “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ocupa, e que mesmo este lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros meios” (HALBWACHS, 2004, p. 51).

Portanto, a infância de Luís de Oliveira, registrada em seu livro, constitui mais que um depoimento pessoal sobre o passado, é também registro de toda uma sociedade, pois, como nos lembra Leonor Arfuch, “todo relato de experiência é, até certo ponto, expressão de uma época, uma geração, uma classe.” (*apud* KLINGER, 2007, p.25).

A visão do padre Luís é a visão de alguém privilegiado. Do alto da casa-grande ele observou todo o movimento do engenho. Observou o trabalho rústico dos servos de seu pai, nas terras do engenho Lameiro, onde mandavam os seus “com a autoridade de senhores”. (OLIVEIRA, 1960, p.11).

No livro, a casa-grande aparece como o espaço da diferença, não podia ser de outro modo dada a realidade de então. Aquela rusticidade encontrada por toda parte no engenho, parece se dissipar quando adentramos a casa grande. Ali, à hora da *manducação*<sup>4</sup>, a mesa sempre oferecia uma refeição lauta. Havia sempre na sala alguém tratando de negócios, pagando para levar os produtos que o engenho fabricava. E os meninos da casa grande, estudavam; saíam dali muito jovens ainda, para a vida do internato, nas grandes cidades. Lá aprendiam coisas, que os fazia muito diferentes daqueles seus colegas de engenho que não tiveram a mesma sorte: História, Latim, Literatura, Francês, Música etc. O senhor de engenho “mostrava-se radiante com as boas notícias de seus filhos. Estudavam, sabiam aproveitar o seu esforço e trabalho.” (OLIVEIRA, 1960, p.35).

As filhas, nas chamadas Escolas Domésticas, se tornavam moças prendadas, entre tantas coisas que sabiam fazer, tocavam piano. E o padre Luís Gonzaga, lembrando de Marieta, sua irmã mais velha, diz:

Na sala de visitas, reinava a alegria comunicativa de u’a mocidade feliz. Marieta dedilhava um piano, tocando as últimas valsas que havia aprendido, na Escola Doméstica. Os cafajestes de chapéu na mão, olhavam pelas janelas, para o teclado daquele instrumento prêto, admirando a agilidade da môça, e enlevados com a melodia das peças. (OLIVEIRA, 1960, p.36-7).

---

<sup>4</sup> Ato de manducar, mastigar, comer.

Neste trecho percebemos um pouco da vida, marcada por certa fidalguia, que levava a família no interior da casa grande. Destaca-se a presença do piano, instrumento que representa um dos traços distintivos da aristocracia rural de então; um elemento de separação, um contraste com a vida rudimentar que levavam os trabalhadores do engenho, sempre ocupados com a manutenção dos eitos, e a fundação de partidos de cana.

O destino de Luís G. de Oliveira não foi diferente do de seus irmãos. Assim como eles, ao atingir a idade escolar, foi matriculado nos melhores educandários do local, para aprender as primeiras letras. Um pouco mais velho, no início da adolescência, saiu do engenho para o internato na capital. A vida de estudos que levou no seminário, o burilou de tal forma que, ainda moço, se sentia alheio à vida rústica do engenho, quando retornava a este nas férias. Tornou-se culto, detentor de uma vasta bagagem cultural. E esta sua erudição, se declara em alguns trechos do livro, onde, sem dificuldades, ele faz associações de pessoas e situações do engenho com vultos e fatos da história mundial. Vejamos como ele se refere a um simples dia de sol no Lameiro:

Os raios do sol surgiam invadindo a casa-grande, juntamente com a aragem matinal, que constituía tóda a delícia da vida campestre. A impressão era de que se estava sob os raios daquele sol criador, de que fala o poeta Horácio, enaltecendo em seu “Carmen Saeculare”, a natureza prodigiosa e exuberante, na metrópole do Lácio. (OLIVEIRA, 1960, p.21).

Em outro momento, ele diz:

À beira do açude, os gansos festejavam a hora matinal, como se estivessem dando algum aviso de alarma. No meu tempo de estudante, sempre que ouvia falar nos gansos do Capitólio, privando os gauleses de uma escalada noturna, era de que me lembrava, - dos gansos do Lameiro, anunciando a passagem de gente pela estrada, às horas tantas da noite. (OLIVEIRA, 1960, p.64).

Algumas pessoas que viviam pelo Lameiro, ao recordá-las no livro, ele compara com personagens da história, cujas vidas ele estudou nos tempos de internato. Em dado capítulo, lembra-se de Maria, moradora do engenho. Um dia, em visita ao tugúrio onde a moça morava junto com uma tia velha, assustou-se com um ataque de epilepsia sofrido por Maria, que marcou sua memória de criança. Vejamos o relato:

Uma vez, vimo-la cair fazendo trejeitos violentos, que nos causaram pavor. Quisemos abalar para casa, mas a velhinha conseguiu afastar o pânico, convencendo-nos de que não era nada. Uma doença comum, - o “roda” -, como o povo chamava. (...)

Epilepsia, - doença do imperador Carlos V e do coronel Moreira César... Euclides da Cunha fala nos ataques que detiveram êste chefe militar, em plena marcha para Canudos. (...) Deve ter sido um ataque feio, como aquêle da pobre Maria, que não alimentava nenhuma aspiração na vida. (OLIVEIRA, 1960, p.82).

É interessante notar que em *Quadros de minha infância*, o nome do autor de “Os sertões” é declinado por mais de uma vez, dando prova da grande admiração que Luís de Oliveira nutria por ele.

Em outro momento do livro, vemos Luís de Oliveira descrevendo Joca Cardoso, o mais famoso vaqueiro de seu pai. Este, a seu ver, lembrava outro grande nome da História.

“Seu Joca”, - como era conhecido no Lameiro (...) Era um velho alto, bem proporcionado, de físico impressionante, com seu bigode marcial, que o tornava muito parecido com Vitor Emánuel, último monarca da Itália. Apenas na estatura, a diferença entre os dois era a mesma que o destino reservou a cada um, no campo das atividades humanas. (OLIVEIRA, 1960, p.119).

Dito isto, entendamos *Quadros de minha infância* como um relato parcial e incompleto. O olhar de alguém que viveu sua infância sob o luxo e conforto da casa grande, sendo filho do senhor de engenho. As memórias do intelectual respeitado e bem de vida que mais tarde Luís G. de Oliveira se tornou. Uma visão unilateral sobre a realidade das coisas, realidade que jamais será apreendida em sua totalidade, mas sempre por pedaços, por tekmeria<sup>5</sup>.

### **Quadros de minha infância**

Eram belas as manhãs dêsses sábados de verão. A luz banhava em cheio tôda a fachada da casa-grande, prateando mais adiante os canaviais que ficavam lá para o balde do açude. O jenipapeiro debuxava a sua sombra gigantesca pela estrada, até a represa do açude, onde não faltava gente tomando banho ou lavando animais. Na bagaceira, o gado passeava, procurando refrigério nos restos da cana moída. (OLIVEIRA, 1960, p.64).

Eis aqui um trecho de *Quadros de minha infância* que exemplifica bem o tipo de ambiente reconstruído nestas memórias. Nele, o que encontramos são cenas do cotidiano de uma sociedade rural, arcaica, canavieira; imerso na qual o autor viveu toda sua infância.

Por se tratar de um livro de memórias e não de um romance propriamente dito – embora a linha que separa as memórias do romance seja tênue demais – a intenção que pôs a pena nas mãos do autor, foi a de retratar, com o máximo de fidelidade possível, a sua infância

---

<sup>5</sup>Expressão utilizada pelo historiador francês Paul Veyne em seu livro “Como se escreve a história”. Diz respeito a indícios, rastros, traços, vestígios.

de menino de engenho em Serra da Raiz, sua gleba natal. Sem dramas secretos, revelações inesperadas ou invencionices literárias, o livro nada mais é do que um relato lúcido, onde “tudo se reproduz como imagem perfeita do quadro vivo”, segundo disse José Américo de Almeida ao prefaciá-lo (1960, p.03).

O leitor encontrará nestas memórias, fatos, quadros do dia-a-dia que marcaram a vida de Luís G. de Oliveira, nos seus anos primaveris. Na sua infância dos quatro aos oito anos, que corresponde ao espaço temporal compreendido entre 1919 e 1923.

A narração é em primeira pessoa, característica estilística comum às autobiografias. No livro, o narrador, a voz que constrói o universo, é o resultado de uma alternância entre a criança que vivenciou aqueles fatos e o adulto que os narrou. A criança aparece quando notamos a falta proposital de uma análise ou mesmo julgamento do passado rememorado, que é exposto de uma maneira altamente descritiva. Flagramos o adulto por trás da linguagem empolada dos arroubos de erudição. Assim é o autor implícito, criado por Luís G. de Oliveira. (DAL FARRA, 1978, p.20)

O ambiente em que a história se passa é o Lameiro, o primeiro engenho de cana-de-açúcar de Serra da Raiz, tão antigo que aponta para os primeiros anos da cidade. Engenho que, após passar pelas mãos de vários proprietários, chegou às de Belarmino Augusto de Oliveira, o pai do nosso autor, que no livro aparece sob o pseudônimo de “Velho Basílio”. É ele, pode-se dizer, o personagem mais recorrente; o eixo central da narrativa: “O Lameiro era o velho Basílio” (OLIVEIRA, 1960, p.11).

Homem de caráter, com senso de justiça, católico praticante, este era o velho, “o senhor de engenho (...) com sua autoridade patriarcal dissolvida em bondade e compaixão.” (ALMEIDA *in* OLIVEIRA, 1960, p.04). O padre Luís o descreve como alguém que, apesar de seu posto e poder de mando, nunca abusou dos seus servos. Esta característica o diferenciava de muitos outros senhores de terra da época. Isto fica claro em trechos como:

Os trabalhadores ouviam a reclamação, em silêncio, por reconhecer que o homem tinha razão no que exigia, sem os chatear. Era nesses momentos que êle fazia sentir, serenamente, a sua autoridade, sem causar aborrecimento. Só pedia o que era de justiça. Fazia questão de não querer o suor de ninguém. Mas não suportava que se ganhasse o seu dinheiro sem o esforço consciencioso. (OLIVEIRA, 1960, p.18)

No engenho Lameiro, o que existia era o “regime de condição”. Cada morador trabalhava para o patrão três dias na semana, e em troca recebia uma remuneração semanal, pelo serviço prestado. Esta realidade se confirma nos seguintes trechos:

Determinava três dias de obrigação de oito, para os seus moradores, e nunca chegou a abusar de sua condição de senhor, com a ganância de explorá-los. Mesmo quando se via apertado, com muito serviço. Sua vontade era que cada um trabalhasse, também, para si. Vez por outra estava falando, porque Manuel Correio não botava roçado. (...) Queria somente viver do ganho.(OLIVEIRA, 1960, p.18).  
Logo cedo, a calçada da casa-grande se enchia de gente, para fazer conta. Apareciam com roupa limpa e saco dobrado no braço, para as compras da feira ou do barracão. Enquanto esperavam o patrão, punham-se a conversar assuntos que só interessavam a eles mesmos. (OLIVEIRA, 1960, p.18).

Nos engenhos que adotavam esse regime, os servos gozavam de alguns direitos, maiores ou menores, conforme as determinações da casa grande. Esta característica fazia do Lameiro um dos engenhos mais procurados para se viver.

Há registros de que, em outros engenhos da região, por volta da mesma época, o que vigorava era o “regime de sujeição”. Nestes, os trabalhadores, para terem o direito de morar e plantar num pedaço da propriedade precisavam passar boa parte da semana envolvidos nas variadas atividades do engenho: oito, casa de farinha, destilação, moagem, etc. E nada recebiam por isso. No restante da semana, praticava-se a agricultura de subsistência nos modestos roçados, próximos às casas que habitavam de favor e até quando o senhor de engenho fosse servido.

O regime de sujeição, adotado no Brasil desde os primeiros momentos do processo colonizador, se arrastou ao longo das décadas, conhecendo novos períodos de nossa história política. No início do século XX, este tipo de regime ainda existia em alguns engenhos aqui do Nordeste. Mesmo depois de libertos os escravos, os servos “livres” do engenho, eram explorados em sua força de trabalho, não eram remunerados por seus serviços, tão pouco eram donos das casas que habitavam. Este tipo de relação entre senhor e servo, para alguns historiadores, reconstrói os longínquos feudos medievais. Outros estudiosos, porém, evitam e desencorajam o uso do termo “feudalismo” para definir o sistema de produção e, por conseguinte, a cultura engendrada por ele nos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil. Não se pode pegar por empréstimo um conceito que define uma realidade afastada de nós no tempo e no espaço – a Europa Medieval – para explicar o que havia aqui, do contrário, estaríamos cometendo o que se chama “transferência de conceitos”. Além do mais, a realidade canavieira de nosso país, com sua estrutura econômica, apresentava uma característica que a torna muito diferente dos feudos da Idade Média: o mercado. (DABAT, 2007, p. 324).

Nas origens de nosso país, as grandes plantações de cana serviram para aquecer a economia de nossos colonizadores no além-mar. Aos poucos, esse mercado externo – característica de nosso passado de colônia – foi cedendo espaço a um mercado interno cada vez mais forte. E nisto está o motivo da diferenciação das duas realidades.

Os regimes de condição e sujeição sucumbiram junto com os engenhos de cana-de-açúcar (antiga indústria do banguê), com o aparecimento das usinas. Modernas, elas otimizaram a produção e se espalharam por toda parte, obrigando os antigos engenhos à condição de fogo morto. Esta transformação na realidade das coisas atingiu a figura do morador de engenho que, a partir de então, se tornou operário, com todas as características negativas e positivas que essa condição encerra.

O morador de engenho, no período adrede às usinas, não gozava dos direitos de um trabalhador proletário. Não recebia salário, pode-se dizer. O que ganhava do senhor de engenho em reconhecimento aos serviços prestados, era suficiente apenas para suprir as suas necessidades mais básicas. Também não era dono do pedaço de terra que habitava. No entanto, sua relação com a casa-grande, embora marcada por uma grande dependência dele, o morador, para com esta, lhe garantia certa proteção.

O senhor de engenho acabava sendo uma espécie de pai para todos os seus moradores. Era ele quem deveria resolver todo e qualquer problema que aparecesse nos domínios de sua propriedade. Seus servos recorriam a ele sempre que se encontravam em alguma situação difícil.

O padre Luís G. de Oliveira relata no livro um fato que ilustra bem esta relação de dependência, mas também de proteção. O caso de um morador que estava com o filho doente e veio pedir a ajuda da casa grande:

Um dia o pai dele chegou à casa-grande, falando em doença grave no filho. Uma febre renitente, com vômitos continuados, não havia meio de sair do organismo do menino. E pedia remédio, – dose de acônito – para ver se salvava o enfermo. (...) A casa-grande fez a última tentativa de salvação. Tudo o que foi de dosagem que parecesse servir para a doença rancorosa, foi mandado. Mas todas as notícias eram desesperadoras. (OLIVEIRA, 1960, p. 149-50).

O aspecto da religiosidade também figura fortemente no texto. Em várias passagens, nos é possível compreender a influência da religião na vida de todos que habitavam o engenho e os seus arredores. O oratório era peça indispensável em todas as moradias: na casa-grande, onde havia um quarto inteiro reservado para as orações diárias; e nas choupanas dos moradores, onde o oratório era bem mais simples, de tamanho reduzido, suficiente apenas para abrigar as imagens de madeira. A igreja, que ficava “na rua”, a distância considerável do engenho, recebia aquela gente do campo aos domingos, e nas grandes datas para o catolicismo. No resto da semana, se rezava em casa, mas com a mesma seriedade e fé que se tinha no templo.

Além das obrigações da matriz, na casa-grande cumpriam-se outras devoções. Fazia-se o mês de Maio, do Coração de Jesus, de São José e das almas. Fora desse tempo,

toda segunda feira, rezava-se o têrço das penitentes do purgatório. Todo o povo se reunia diante do santuário, e o dono da casa fazia o exercício de religião, com muita gravidade. Rezava para tôda a casa responder. Antes de começar, êle corria a vista, reparando se faltava alguém. E só se ajoelhava depois que via todos ali. (OLIVEIRA, 1960, p. 30).

As crendices populares, característica da prática religiosa entre os mais humildes, também ganham retrato. Os moradores são descritos como uma gente ingênua, que atribui sempre a Deus (às vezes ao diabo) a autoria de tudo que o seu limitado entendimento não consegue explicar.

Pela calçada da casa-grande ficavam os cafajestes, a comentar a grandeza daquele dia. E falavam na possibilidade de o mundo se acabar, no dia seguinte, se por infelicidade o padre Aprígio não encontrasse um pingo de sangue, num recanto da igreja. (...)

Todo o universo estava dependendo, no seu destino eterno, daquele pingo de sangue que o vigário devia encontrar num recanto da igreja de Serra da Raiz... (OLIVEIRA, 1960, p. 27).

No sábado de aleluia, ainda de madrugada, os moradores se encontravam reunidos pela bagaceira para a brincadeira que ainda hoje, embora com sinais de extinção, se verifica nas cidades interioranas, a “rasgação do judas”.

Depois da meia-noite, o silêncio do engenho era quebrado por tiros consecutivos. Bem no meio da bagaceira, fincavam um mastro de uns quatro metros, e na ponta amarravam um judas. Logo que sabiam ter passado o grande dia do Senhor, começavam a romper a aleluia, atirando naquele simulacro do apóstolo traidor. Passavam o resto da noite na diversão de tiros e falatório, perturbando o sono do povo, na casa-grande. (OLIVEIRA, 1960, p. 27).

Luís G. de Oliveira dedicou todo um capítulo a lembrança do que ocorria na semana santa. Desde a quarta-feira, o movimento no engenho diminuía drasticamente, por determinação do velho Basílio. Católico fervoroso, o senhor de engenho do Lameiro queria que aquela semana fosse preenchida com as atividades do espírito, e orientava não só sua família como também seus moradores a agirem assim:

Na quarta-feira de trevas, “o homem” suspendia todos os trabalhos da propriedade. Feriava o resto da semana, para as obrigações religiosas de sua família e de seus moradores. E passava o dia todo a mandar o povo confessar-se, em Serra da Raiz. O padre Aprígio estaria na matriz, à disposição de quem fosse chegando. Na quinta-feira santa, o patrão queria ver tôda a sua gente na igreja, reconciliada com Deus. Nada de herege na propriedade. (OLIVEIRA, 1960, p. 26).

A relação da casa-grande com os moradores do engenho é perpassada pelo autoritarismo do senhor, quando o assunto era relacionado à religião e à moral. E aqui nós

temos mais um exemplo para refletir esta relação. O velho Basílio exigia de seus trabalhadores a prática da religião católica, com tudo o que nela se encerra. Não se aceitava morador envolvido com jogatina, por exemplo. O morador que, por ventura, descumprisse alguma das regras baseadas no evangelho de Cristo, que norteavam a vida no engenho, indo contra a praxe da casa-grande, era rapidamente advertido pelo patrão.

Era na casa-grande que se faziam os casamentos dos moradores. A sala de visitas era enfeitada para receber o padre local, assim como os convidados – grande parte, gente mesmo do engenho – que apareciam trajando suas melhores roupas, em reconhecimento da grandeza daquele evento. Não se admitia no engenho relacionamentos que não tivessem o aval da Igreja.

O velho Basílio tinha gosto e satisfação em preparar os seus servos para o contrato que a Igreja abençoa, como o seu grande sacramento. Não estava reparando quanto precisava gastar, no dinheiro que emprestava aos que tinham obrigação com aquelas festinhas, que êleconsiderava muito justas. E a quantia saída não causava vexação ao mutuário, para ser liquidada. Jamais foi visto reclamando, em dia de conta, amortização para os tais empréstimos. Se pagassem, muito bem; se não pagassem, era a mesma coisa. Tomava êle como uma gratificação que fazia aos bons auxiliares para todas as necessidades do seu engenho. (OLIVEIRA, 1960, p. 115).

Embora a infância do autor tenha se passado nos primeiros anos do século XX, com o regime republicano já instaurado, há em *Quadros de minha infância* referências à antiga prática da escravidão. Como em qualquer parte do Brasil, a mão de obra escrava negra foi utilizada também em Serra da Raiz, nos engenhos de cana-de-açúcar, base de sua economia por muito tempo. O padre Luís Gonzaga, quando pequeno, tendo convivido com trabalhadores de seu pai, alguns deles descendentes de escravos, aprendeu muito sobre o passado daquele lugar.

As histórias que a negra Paula contava ao “menino Luís”, remontavam a época dos açoites, do trabalho escravo, das senzalas e do antigo proprietário do engenho Lameiro, o Major Costa. E o tenente Cazuza, “continuador fiel da ação construtora do Major”, seu sogro, tentou preservar tudo o que compunha o cenário daquela propriedade nos seus tempos idos, inclusive um antigo e frondoso jenipapeiro, “testemunha a mais autorizada, na redondeza do engenho”, em cuja sombra, “que se estendia até a beira do açude, conservava seus carros de bois, em que amarrava os escravos rebeldes, para a disciplina que vigorava na época.” (OLIVEIRA, 1960, p. 97).

É certo que escravidão em Serra da Raiz, com todas as suas cenas de maltrato e desrespeito, não passava de uma realidade já afastada e distante para Luís G. de Oliveira, que só tomou conhecimento da mesma, por meio dos relatos e das histórias ouvidas na calçada da



casa-grande, durante as horas ociosas da noite. E mesmo assim, estas histórias contadas sempre com o intuito de entreter (não mais que isso) a curiosidade de meninos inquietos e insones. No entanto, o nosso autor viveu numa época em que o preconceito racial – herança famigerada da escravidão extinta – se observava de perto, e era praticado sem maquiagens. A cor da pele, acabava sendo o motivo encontrado para a inferiorização de alguns perante os demais. Mesmo entre os rústicos moradores da propriedade, nivelados uns com os outros na condição social, a discriminação ocorria, e era a cor que os diferenciava em importância.

Vejamos um trecho de Quadros de minha infância que ilustra bem esta situação.

Um dia, pela manhã, lá estava na casa-grande, Maria Moreira, fazendo queixa ao patrão, de uma filha que teimava em casar com um negro. Não sabia mais o que fizesse, a pobre da velha, para evitar o casório. O marido já havia usado da força de sua autoridade paterna, mas a moça nada levava em conta. Batia com o pé no chão, e dizia que casava e não havia quem empatasse (OLIVEIRA, 1960, p. 65).

E o relato continua...

O velho Basílio ouviu todo o queixume, em silêncio. Enquanto a velha falava, êle conservava o hábito de prestar a atenção com os olhos desviados da pessoa, fixados num objeto distante, que somente êle estaria vendo. Ficou ruminando uma solução prática, por alguns minutos. Apenas respondeu à parte que voltasse à casa-grande, no domingo próximo. Ia ver o que era possível fazer (OLIVEIRA, 1960, p. 66).

E o desfecho do caso:

Dias depois aparecia Maria Moreira pelo engenho, sorrindo com as fôlhas. Nem parecia aquela criatura desconsolada, tôda derretida em lágrima. Fôra bastante uma advertência do patrão com d. Margarida, para que sua filha mudasse de propósito, como por encanto. E a velha se desmanchava em agradecimentos, propagando a sua vitória, com expressões de debique contra o infeliz descendente de Cã, que fôra barrado (OLIVEIRA, 1960, p. 66).

Em Serra da Raiz - PB, não chegaram as usinas. Diferentemente de outros lugares do estado – como por exemplo, a cidade de Pilar, ambiente do livro de José Lins do Rego, *Fogo Morto* (1949) –, os engenhos tiveram vida mais longa e o Lameiro, nas primeiras décadas do século XX, estava em inteiro funcionamento de suas atividades. Não foram as usinas o que acabou com os engenhos da cidade, mas o sisal, atividade que dominou a economia do lugar por volta dos anos cinquenta.

O livro aborda vários aspectos da sociedade paraibana da época dos engenhos. Limitamo-nos a dar uma pequena mostra de seu rico conteúdo, por considerar a brevidade que as circunstâncias deste atual trabalho impõem.

## Uma obra regionalista

Há sobre *Quadros de minha infância*, um detalhe que permanece obscuro: O exato ano de sua publicação. Não se encontra, em qualquer parte do livro, informações editoriais para além do nome da gráfica onde foi impresso (A Imprensa) e a cidade onde estava situada a mesma (João Pessoa – PB). No entanto, conjectura-se que a obra tenha aparecido na década de sessenta, em seu início. Ou em algum momento entre os anos de 1958 e 1960. Sendo este primeiro ano, o que se observa no site oficial da A.P.L, que traz uma ligeira biografia de cada um de seus imortais acompanhada por uma lista com os nomes e os anos das obras de sua lavra. E o segundo, o que aparece nas antologias *Trechos Literários* e *Mensagens literárias contemporâneas*, ambas organizadas por Paulo José de Sousa (1969), contendo textos do padre Luís Gonzaga de Oliveira.

Também Valdemar Duarte, em sua *Bibliografia Paraibana* (1994) – espécie de catálogo das nossas letras, famoso e prestigiado por seu pioneirismo – faz menção à obra do padre. Nele estão registrados os livros: *Quadros de minha infância* e *A tragédia do major*; somente deste último, se verifica o ano de publicação, 1962. *A tragédia do major*, um romance de costumes, é, como sabem todos os que são versados na obra do autor, um tipo de continuação (embora possa ser lido independentemente) de *Quadros de minha infância*, uma vez que narra, com o recurso da ficção, fatos ocorridos numa fase posterior da vida do grande memorialista; logo a conclusão de que *Quadros de minha infância* tenha vindo primeiro.

Devidamente expressa a imprecisão quanto a data em que vieram à lume estas memórias – tomemos o ano de 1960 (por ser aquele que mais se repete nas fontes consultadas) como base.

O que se pretende aqui é mostrar *Quadros de minha infância* como uma obra que se insere no chamado ciclo regionalista nordestino. Por isto, sua contextualização, que identifica o espaço/tempo em que surgiu, é de prestimosa importância.

Depois que José Américo de Almeida surpreendeu a todos com *A bagaceira*(1928), uma brochura de edição humilde, mas que ganhou elogios de críticos renomados, o caminho para o desenvolvimento de uma escrita regionalista, nordestina, estava aberto. No rastro de José Américo, um conjunto de autores, aderindo a este nova maneira de fazer literatura, nos legou livros, uma série deles, que permitem uma melhor compreensão do que fomos e somos, inventando, reinventando ou mesmo só ratificando nossa identidade nordestina.

Assim, Raquel de Queiróz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego – apenas para citar alguns nomes - serviram de incentivo a novas safras de escritores nordestinos. A influência deles – sobretudo a de José Lins, sobre quem o padre fez, certa feita, uma conferência na A.P.L – foi decisiva para Luís G. de Oliveira levar à mão a pena, deitar e eternizar no papel, as suas memórias de menino de engenho.

A literatura regionalista nordestina, uma ramificação do movimento Modernista de 1922, se caracterizou por alguns pontos. Um deles é a tentativa de inserção da região Nordeste na literatura brasileira, atraindo olhares para este pedaço do Brasil, tão sofrido e discriminado. Por isso o uso do Nordeste pelos autores, com todos os seus recantos, para ambientar os enredos criados. Outro ponto diz respeito à linguagem que, muito embora ainda apresentasse traços visíveis de movimentos literários passados – fato explicado pela educação clássica de parte dos autores –, pretendia romper com a tradição. A linguagem modernista já apresentava transformações, com a supressão de frases e a substituição de palavras por termos e expressões regionais.

Essas duas características supracitadas estão presentes em *Quadros de minha infância*. O ambiente evocado é o dos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste. É a zona rural da então vila de Serra da Raiz, no interior do estado da Paraíba, durante a década de vinte do século passado.

A linguagem em *Quadros de minha infância*, apesar de seu estilo correto, pontilhado por expressões rebuscadas, que dão sinal de domínio e vasto conhecimento da língua, também é “dosada de cor local”, como asseverou José Américo de Almeida. São palavras e expressões do cotidiano, que reconstroem todo o cenário do engenho, com seus objetos e práticas obsoletos e mesmo esquecidos. Todo um vocabulário do contexto, recuperado no uso das palavras, que surgem nas páginas do livro, em profusão: mutamba, cambão, corrimboque, touceira, ancho, jereré, cotó, tulha, ruma, maciota, remancho, ramerrão, pachorra, tachas, cubas, roçado, mata-pasto, cambiteiros, cabroeira, bagaceira, alambique, cancela, bacamarte, mosquetão, ronqueira, morrão, potoqueiro, engarajar, bicada, empreitada, alambique, moenda...

Esse tipo de linguagem, repleta de termos e expressões regionais, se complica o entendimento do leitor que é de fora, reforça ainda mais a origem nordestina de nosso autor; reconstruindo toda a especificidade de nossa cultura, com seus jeitos, palavras, costumes, objetos e visão de mundo.

Passados cinquenta e quatro anos de sua publicação, *Quadros de minha infância* merece uma atenção maior por parte de nossos pesquisadores e seu autor um lugar cativo no rol dos grandes escritores regionalistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já ficou dito, a grande intenção deste artigo é divulgar a obra do Pe. Luís Gonzaga de Oliveira, discutindo um de seus livros. Com alguns livros publicados por volta da década de sessenta, e uma quantidade extraordinária de textos jornalísticos – os quais o apresentaram e o tornaram conhecido no meio intelectual paraibano – é dono de um estilo marcado pela erudição e que zela pela correção da linguagem. Seu texto mais parece uma “poesia em prosa”, cheio de beleza, com metáforas criativas, ritmo e palavras sonoras. No entanto, não beira jamais a prolixidade, nele toda palavra comunica, corrobora na construção da cena, não sendo um mero item decorativo da narrativa. Arquiteto da palavra, o padre Luís conquista a todos que o leem.

Memorialista, todos os seus escritos são registros históricos importantíssimos. Por isso, ler *Quadros de minha infância* e/ou *A tragédia do major* é se informar sobre a sociedade paraibana do início do século passado, sua economia, costumes, religião, etc. Já em *Memórias do internato*– livro em que o autor relembra o período em que esteve no seminário – o leitor passeará pelo passado político de nosso estado, enxergando por um novo ângulo, eventos como: a formação da Aliança Liberal, a guerra de Princesa e a morte de João Pessoa.

Uma obra tão louvável não pode ficar esquecida. Tantos são os escritores paraibanos que, malgrado o seu indiscutível valor literário, estão desaparecendo, por falta de uma maior divulgação e mesmo de reedições de seus livros. E por isso, a existência deste artigo representa uma tentativa, mesmo que singela, de preservação e promoção desta obra e de seu autor.

Por seu caráter pioneiro, o presente artigo se pretende também fonte documental, que possa ser útil às novas levadas de pesquisadores. Nele, se encontram as referências de toda uma literatura que ajuda a compreender a obra e o homem, mas que não foi ainda completamente explorada. E muita coisa ainda está por ser descoberta, necessitando mesmo do trabalho incansável de pesquisadores que as tragam a lume.

Padre, educador, escritor, jornalista, líder político, Luís Gonzaga de Oliveira foi um homem que marcou sua época. Para a feitura deste artigo, apenas o seu lado de escritor foi focado – e ainda assim debruçamo-nos sobre um único livro – restando às novas gerações de

historiadores, explorar toda uma gama de temas e faces deste homem, que merece mais atenção por parte de nossa historiografia.

**Abstract:** This article seeks to rebuild the sugarcane society of Serra da Raiz, early last century. Dating back issues such as the economy, religion and culture. For this, use the book of the priest Luis Gonzaga de Oliveira, "Frames of my childhood," which is filed his view on the season.

**Keywords:** Memories; plantation; cane sugar; childhood; Serra da Raiz.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José Américo de. Prefácio. In: OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Quadros de minha infância**. Paraíba: A Imprensa, 1960.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios autores sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DAL FARRA, Maria Lúcia. **O narrador ensimesmado**. São Paulo: Ática, 1978.

DUARTE, Waldemar. **Bibliografias paraibanas**. v. 1. Brasília: Centro gráfico do Poder Legislativo e Senado Federal. 1994.

HALBWACHS, Maurice. **La memória coletiva**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2004.

ARAÚJO, Maria de Fátima, **história da Paraíba em fascículos: No roteiro da imprensa paraibana**. Paraíba: A União, n.21, s.d. 22 p.

KLINGER, Diana. **Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica**. Bernardo Carvalho, Fernando Vallejo, Washington Cucurto, João Gilberto Noll, César Aira, Silviano Santiago / org. Diana Irene Klinger. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Quadros de minha infância**. Paraíba: A Imprensa, 1960.

\_\_\_\_\_. **A tragédia do major**. Paraíba: A Imprensa, 1961.

\_\_\_\_\_. **Memórias do internato**. Paraíba

SOUZA, Paulo José de. **Mensagens Literárias Contemporâneas**. 2.ed. João Pessoa – Paraíba: Oficinas de Mousinho Artefatos de Papel Limitada, 1969.

\_\_\_\_\_. **Trechos Literários.** João Pessoa – Paraíba: Oficinas de Mousinho Artefatos de Papel Limitada, 1966.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Cadernos da UnB, 1982.

# **ANEXOS**



Pe. Luís Gonzaga de Oliveira. Foto tirada pouco tempo após a sua ordenação, em 1938.